

RECENSÕES CRÍTICAS

Jo Guldi e David Armitage, *Manifesto por la Historia*, Alianza Editorial, 2016, 296 p. ISBN: 9788491043041 [tradução da 1ª edição inglesa de *The History Manifesto*, 2014].

Entre *think thanks*, *fábricas de trolls* e *fake news*, qual é o papel social da produção historiográfica? Que vestígios ficarão do nosso passado para um uso público no futuro? Quem poderá melhor qualificar essas multiplicidades de informações e dados, os *big data* de hoje em dia? Eis a proposta desafiadora e incômoda que Jo Guldi e David Armitage nos impõem em *The History Manifesto*, ao conclamar uma atitude política (um retorno?) do ofício do historiador: Uma atitude política e um método para essa produção: a perspectiva da longa duração.

Um dos aspetos interessantes do livro é que os autores não só propõem a análise da longa duração, eles a utilizam como método central na exposição dos seus argumentos, ao colocar em perspectiva a atual historiografia mundial, apontando nesse sentido, a análise de curto-prazo «*curtoprazismo*» como um sintoma de nossos dias e a indicação do retorno da longa duração (*longue durée*), esquecida desde Fernand Braudel. Porém, essa nova longa duração, como propõem os autores, possui um dinamismo e uma flexibilidade inexistentes em sua versão anterior, uma maior potência crítica, tanto para historiadores quanto para outros estudiosos do campo das Ciências Sociais, das Humanidades e do público em geral que a utiliza, ocasionado, entre outras características de nossa época, pelo melhor acesso à grande quantidade de dados organizados em bons arquivos digitais institucionais e na *web*.

O papel das Universidades, nesse contexto de se pensar a longa duração, é fundamental pois, junto com as instituições religiosas, seriam as portadoras

das tradições e guardiãs de um conhecimento mais profundo e seriado da evolução humana, isto para além dos arquivos e bibliotecas públicas dos modernos Estados nacionais. É nesse espaço universitário, e em particular, com o concurso das Humanidades que as pesquisas de longo prazo podem ser sustentadas e compreendidas em sua total complexidade para assegurar o uso público dos respetivos resultados, pois, como bem evidenciam os autores, a perspectiva de resultados a curto prazo é uma das características marcantes das companhias e empresas privadas do mundo atual.

No entanto, um alerta! Essa peculiar capacidade das Universidades para fomentar investigações e explicações de longo prazo pode também estar ameaçada pela tendência da análise de curto prazo, de resultados imediatos e pontuais. Nesse sentido, a análise de curto prazo pode levar à «miopia» e ao entendimento estreito do objeto analisado, o que derivaria em políticas públicas erróneas que, em última análise, atingiriam a sociedade e o cidadão comum no seu dia-a-dia.

Esse é um dos pontos centrais do *Manifesto*, o protagonismo que as Universidades devem ter a fim de combater o «*curtoprazismo*», tendo as Humanidades um papel fundamental nesse cenário, e oferecendo a História, na análise proposta da longa duração, o método eficaz. Esta proposta comporta um diagnóstico bastante crítico apontado no texto, o de que a partir da década de 1970 até os primeiros anos do século atual, os historiadores de todo mundo estiveram centrados em escalas temporais mais breves, derivando também daí a microhistória.

Os autores do *The History Manifesto* consideram que a microhistória levou os historiadores a «escrever para leitores ou comunidades, limitando-se a escutar só suas próprias vozes políticas», vivendo numa espécie de «bolha intelectual», reforçada por uma especialização cada vez maior do objeto estudado, se distanciando do que, para Guldi e Armitage, é a antiga ambição da Universidade, de ser um guia de vida pública e dos futuros possíveis. Nessa conjuntura cresceu o «*curtoprazismo*», enquanto as «grandes narrativas» foram ficando cada vez mais antiquadas e fora de moda.

A consequência natural desse «estado de coisas» na produção historiográfica levou ao afastamento dos historiadores das discussões da esfera pública e das políticas públicas, ocupadas, nesse vazio, pelos economistas. Seja no campo das políticas, tanto dos partidos de esquerda ou de direita, os modelos explicativos dos processos e os caminhos do futuro passaram a ser apontados pelas análises dos economistas. Logo, a contribuição da história na análise da longa duração pode oferecer outras alternativas, pondo as questões sociais sob um distanciamento temporal mais amplo na teia da evolução humana, no processo de desenvolvimento das sociedades, descartando dogmas do passado e mitos sobre o futuro,

colocando em suspenso ou mesmo em dúvida a pretensa inevitabilidade dos acontecimentos.

No decorrer do livro, ao pensar no levantamento dos grandes desafios humanos de hoje em dia, os autores elencam a questão climática, a governança e a desigualdade social como estudos prioritários. Cabe aqui citar o exemplo referido no *Manifesto* do economista Thomas Piketty, no seu estudo sobre o Capital no século XXI, que contrariando antigos paradigmas económicos de que o capitalismo, com o tempo, teria uma propensão natural para atenuar a desigualdade social e a concentração de renda nas sociedades que o adotam, defende que, nesse capitalismo herdado do pós-Segunda Guerra Mundial, existe a tendência inerente à concentração de renda, fato que intensifica a desigualdade sócio-económica. Para chegar essas conclusões, Piketty propõe uma análise do capital na perspectiva da longa duração ao estudar testamentos e heranças, provando que tem aumentado, cada vez mais, a concentração de renda nos Estados Unidos da América e na parte da Europa estudada e que a herança e a renda do capital superam e muito o valor do trabalho produtivo.

Essa temporalidade da longa duração histórica, sugere um ponto de vista diferenciado das antigas análises antropológicas, económicas ou de outros árbitros de nossa sociedade. Sendo um interessante remédio, desatando esse «nó górdio» de nossa sociedade paralisada pelo discurso quase sempre fatalista, próprio das análises de curto-prazo. Conclamam assim por um uso público do passado, porque, à semelhança da *Historia Magistra Vitae*, de Cícero, a missão final da análise da longa duração está a serviço da sociedade, na verdade, na compreensão de Guldi e Armitage, esse dever da História nunca desapareceu por completo.

No entanto, ao refletir sobre a microhistória produzida por Carlo Ginzburg, os autores do *Manifesto* vêm nessa micro-análise uma ferramenta para a abordagem de longa duração, articulando-a num contexto mais amplo para suscitar novas perguntas ao passado, não descartando com isso a experiência cotidiana e as vozes reprimidas. Percebe-se com isso que a questão não são os objetos, nem mesmo sua temporalidade ou o impacto político, económico ou cultural que esse objeto operou na sociedade; importa sim a pergunta que se faz ao objeto investigado, seus sincronismos e diacronismos, um distanciamento qualificado que leva a novos caminhos de pensamento para escapar de velhas armadilhas.

Nesse sentido, muitas das abordagens da microhistória cabem no método proposto, sendo colocadas ao serviço desse futuro público do passado, ou seja, relacionado ao microscópio, numa aproximação particular da História, onde <http://intranet.dphcex.eb.mil.br/> e uma só vida pode nos ajudar a entender aspetos mais gerais da História Mundial, dando-se um caráter

utilitário para essa análise peculiar do passado para vislumbrar novos «futuros possíveis».

Hoje em dia, não restam dúvidas que o pensamento de curto prazo é desafiado pelo, cada vez maior, acesso à tecnologia de informação de nossa época, os *big data*. E é justamente a capacidade de utilizar qualitativamente esses conjuntos de dados, organizados, seriados no tempo e espaço que os pesquisadores podem apresentar novas análises e novos caminhos a seguir. Muitas das ferramentas criadas para analisar essa proliferação de informações são pensadas por historiadores que melhoraram estes conjuntos de dados e deles extraem modelos qualitativos do pensamento que mudam com o tempo.

Demonstram assim que esses *big data* estão rapidamente tornando obsoleto o velho estilo explicativo de análises económicas, cujos métodos indicadores se desenvolveram para medir hábitos de consumo e de emprego entre as décadas de 1930 e 1950. Nesse mundo interconectado, de universo virtual e de fabricação de notícias tendenciosas (*fábrica de trolls*), tanto para influenciar nosso presente (*fake news*) quanto nosso futuro, teremos a necessidade de pensar na origem, na temporalidade e na verossimilhança desses dados se queremos, de alguma maneira, vislumbrar caminhos e rotas a seguir. Não que os historiadores detenham *a priori* o monopólio da longa duração, mas, sensíveis que são a essa análise, de antemão, serão necessariamente os mais preparados para contribuir e operarem nessa perspectiva.

De facto, em resposta ao «curtoprazismo» ou, mais sintomático ainda, ao ameaçador presentismo dos tempos atuais e ao imediatismo do tempo jornalístico e dos mercados, *The History Manifesto* chega em boa hora.... Pena é que esta obra, objeto de inúmeras traduções e de vivas reações no meio académico, à escala mundial, não tenha ainda sido traduzida para português. Não é, portanto, por acaso que aqui usámos a boa tradução em castelhano, publicada no ano passado.

EDGLEY PEREIRA DE PAULA
FLUC/Doutoramento em História
edgleydepaula@hotmail.com